AMAGIS
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS

DECISÃO

Jornal Mensal da Associação
dos Magistrados Mineiros
Número 134 – Março de 2013 – MG

JUDICIÁRIO INDEPENDENTE; MAGISTRADO VALORIZADO

INTERLOCUÇÃO

Assembleia reafirma diálogo e apoio aos projetos da Amagis

Georgia Baçvaroff

Diretoria recebe deputado Dinis Pinheiro na sala de reunião da Amagis

Em resposta à política de diálogo da magistratura mineira, o presidente da Assembleia Legislativa, Dinis Pinheiro, visitou a Amagis, no dia 15 de fevereiro, para homenagear a nova diretoria e reafirmar a parceria na construção do futuro do Judiciário, por meio de projetos de interesse da classe que tramitam no Legislativo.
Página 3

PRIORIDADE MÁXIMA

Associação propõe política de segurança

Adriano Boaventura

Comandante-geral da PM recebeu magistrados na Cidade Administrativa

Durante encontro com o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel Márcio Martins Sant`Ana, no dia 21 de fevereiro, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, apresentou proposta de implementação de uma política de segurança de fóruns e para magistrados.
Página 4

Associação cobra debate por imediata revisão da Loman
Página 9

Gestão itinerante vai a três comarcas
Página 5

Amagis lança revista e 1º Happy Hour
Página 13

Magistratura apoia a juíza Marixa Fabiane
Página 16

Diretoria busca parcerias para a saúde
Página 20

Só a Loman, com amplo debate, pode definir nossos direitos e deveres

HERBERT CARNEIRO*

Em meio à incompreensão e ataques generalizados à magistratura, o Supremo Tribunal Federal parece ter atendido ao nosso renovado apelo por um amplo debate para a imediata reforma da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). No final do mês passado, foi instituído por meio de portaria, a Comissão de Estudo e Redação de Anteprojeto de Lei Complementar sobre o Estatuto da Magistratura.

Há mais de 25 anos, desde a redemocratização do País e da promulgação da Constituição de 88, a magistratura brasileira, por meio de suas associações, reclama por seu direito à democracia interna e pela reforma da Loman, para trazê-la à luz do estado de direito.

Se a prerrogativa de encaminhá-la ao Congresso Nacional é do STF, já o debate sobre os grandes temas da Justiça, principalmente sobre qual o modelo de Judiciário a sociedade deseja, é de todos, especialmente dos próprios magistrados.

Não temos apego a leis anacrônicas e continuaremos a defender um novo e urgente estatuto da magistratura que defina os nossos deveres e direitos pautados na Constituição e na redemocratização do País e do próprio Judiciário.

Defendemos um estatuto que estabeleça a carga processual de cada magistrado, sua jornada de trabalho, o número de juízes por habitante, o tamanho das férias e as condições de trabalho e de segurança dignas que preservem a vida de quem, muitas vezes, tem que contrariar grandes e poderosos interesses e, frequentemente, enfrentar o crime organizado.

A maioria dos juízes trabalha em condições e instalações precárias, com falta de pessoal, sem segurança e reposição salarial há oito anos e ainda são ameaçados de morte pelo crime organizado e por grandes interesses que se veem contrariados.

Não temos hora para começar e terminar o trabalho; nossa jornada de trabalho é superior a 60 horas semanais, sem falar ainda dos plantões forenses. Um juiz não pode, simplesmente porque encerrou o expediente, deixar para o dia seguinte aquele pedido de habeas corpus de quem foi preso, talvez, injustamente ou sem provas. Ou a concessão de um mandado de prisão, por flagrante delito, para membro do crime organizado. Ou ainda, deixar para amanhã uma decisão para alguém que carece de uma urgente intervenção cirúrgica.

Com a nova Loman, estará em discussão também o problema da chamada morosidade e da ineficiência, atribuídas apenas ao Judiciário, focando, por exemplo, que milhões de sentenças dadas na primeira instância são acompanhadas de igual ou superior número de recursos, adotados constitucionalmente por advogados e promotores, contra as mesmas decisões. E que, depois de julgados em segunda instância, ainda são levados aos tribunais superiores.

No Brasil, só conferem valor à Justiça após as instâncias superiores em total desfavor das decisões de primeira, segunda e terceira instâncias. Ainda neste País, é tido como normal e republicano o fato de o Poder Executivo, em função de um projeto de governo, ignorar a autonomia constitucional de outro Poder (Judiciário), sob a conivência de um terceiro (Legislativo), na hora de votar o Orçamento da União.

Há oito anos, reivindicamos uma política de atualização monetária e periódica que impeça o aviltamento da remuneração. Queremos discutir nossas condições de trabalho até para reconhecerem que não se pode chamar de privilégios ou regalias as prerrogativas que foram estabelecidas por lei e que estão longe de ser o vilão de abusos ou das piores anormalidades nacionais.

A reforma da Loman está atrasada em mais de 20 anos e, com certeza, não é por causa da magistratura. Embora garanta o direito de qualquer cidadão votar para presidente da República, o juiz não é consultado na hora da eleição da direção dos tribunais muito menos quando se define o orçamento para a comarca que terá que gerenciar.

Defendemos o amplo debate na reforma da Loman, para definir os nossos deveres e direitos pautados na Constituição e na redemocratização do País e do próprio Judiciário

Tabu é não querer discutir a nova lei orgânica da magistratura e reconhecer os direitos dos juízes à democratização interna, aos vencimentos adequados à sua responsabilidade e às condições de trabalho e de segurança compatíveis com os riscos de lidar com grandes interesses contrariados.

Ninguém em sã consciência vai admitir perdas de direitos, simplesmente, porque alguém que, em vez de discutir a reforma, reduz o debate a situações que os projetam como paladinos da moralidade ou donos únicos da verdade. Muitos dos que defendem o fim das férias de dois períodos para as gerações futuras jamais deixaram de usufruir desse direito.

É hora de discutir o que fazer também com as aposentadorias por invalidez, perdas precoces de vidas em razão do esgotamento físico, com os problemas de saúde e de segurança dos Magistrados, que, muitas vezes, são ameaçados e até mortos por conta de suas decisões.

Convocamos os magistrados a participarem desse debate, que deve envolver toda a sociedade, na construção do futuro do Judiciário, sob a égide da cidadania e do estado democrático de direito. ●

(*) Presidente da Amagis

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

Jornal Mensal da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:
Desembargador Herbert José de Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas:
Desembargador Tibagy Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos Guilarducci Cerqueira

Vice-presidente Sóciocultural-Esportivo:
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subscretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Rosimere das Graças do Couto e Aldina de Carvalho Soares

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Estagiária:
Daniela Fagundes

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Editoração

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.200 exemplares

ÍNDICE

Amagis intensifica diálogo com AL 3

4 Amagis propõe plano de segurança nos fóruns

>> Amagis intensifica diálogo com AL 3
>> Amagis propõe plano de segurança nos fóruns 4
>> Amagis lança boletim eletrônico diário 4
>> Gestão itinerante alcança três comarcas em um mês 5
>> Magistratura lamenta perda do ministro Sálvio de Figueiredo 6
>> Diretoria do Nutris realiza reunião de planejamento 6
>> Conselho criado por juiz reforça segurança pública 7
>> Judiciário se prepara para grandes eventos 8
>> Amagis cobra debate por imediata reforma da Loman 9
>> Diretoria defende interesses no Ipsemg 9
>> Bernadino Godinho presidirá comissão 11
>> Futuros juízes participam de palestras 12
>> Presidente reafirma compromisso com aposentados 12
>> Revista é lançada durante 1º Happy Hour da magistratura 13
>> Amagis apoia juíza Marixa Fabiane 16
>> Ação integrada busca parcerias para saúde no parque esportivo 20

Gestão itinerante alcança três comarcas em um mês 5

9 Amagis cobra debate por imediata reforma da Loman

INTERLOCUÇÃO

Amagis intensifica diálogo com Assembleia Legislativa

Georgia Baçvaroff

Nova diretoria e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, na Associação

Em reconhecimento ao protagonismo da Amagis junto à magistratura e ao Judiciário mineiro, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), deputado estadual Dinis Pinheiro, esteve na sede da Amagis, em Belo Horizonte, no dia 15 de fevereiro para homenagear a nova diretoria da Associação e reafirmar a interlocução com o parlamento mineiro.

Um dos temas do encontro foram os diversos projetos de interesse da magistratura, que, neste ano, estarão na pauta da Assembleia, como a correção dos subsídios, as custas judiciais e a reforma da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ).

O projeto de lei 3.692/13, que recompõe os subsídios para os anos de 2013, 2014 e 2015, está atualmente aguardando parecer da Comissão de Constituição e Justiça da ALMG.

Para intensificar o diálogo com os parlamentares, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, criou o Departamento de Assuntos Legislativos da Amagis, composto pelos ex-presidentes Reynaldo Ximenes, Nelson Missias de Morais e Doorgal Andrada, pelo desembargador Alvimar de Ávila e pelos juízes Joemilson Donizetti, José Humberto da Silveira e Carlos Donizetti.

O novo projeto para a LODJ será a oportunidade de discutir diversos temas importantes para a magistratura mineira, e sobre os quais a nova diretoria da Amagis vem trabalhando intensamente, como a melhoria das condições de trabalho e mais segurança para os juízes e os fóruns, em especial os do interior, sempre na busca de aprimorar a prestação jurisdicional.

DIÁLOGO

O deputado Dinis Pinheiro ressaltou a boa interlocução entre a Assembleia e a Amagis. "A Amagis está muito bem representada pelo presidente Herbert Carneiro. Não existe democracia sem o Judiciário, e, para que Justiça possa ser cultivada permanentemente, é necessário dotá-la de boa estrutura e condição, a fim de se alcançar o objetivo comum que é melhorar a vida dos cidadãos", disse o presidente da ALMG.

O presidente da Amagis reforçou o diálogo com o Parlamento. "De longa data, o deputado reconhece na Amagis a legítima representante dos interesses da magistratura mineira. Recebemos do deputado, mais uma vez, o compromisso do encaminhamento de todos os temas no Parlamento mineiro e, como sempre, a possibilidade da participação efetiva da Amagis no debate político para a construção de uma magistratura mais valorizada e de um Judiciário mais forte e independente", afirmou Herbert Carneiro.

O ex-presidente da Amagis Reynaldo Ximenes, participou da reunião e destacou o prestígio da Associação perante o presidente da Assembleia. Segundo o desembargador, o encontro foi muito proveitoso e uma oportunidade de o presidente da Amagis expor ao deputado as dificuldades que a magistratura mineira está enfrentando.

NACIONAL

Além do trabalho desenvolvido em âmbito regional, a Amagis está reforçando parcerias, no plano nacional, com diversas entidades como a AMB, Anamatra, Ajufe, Amajum e as associações estaduais para aprovar, no Congresso Nacional, projetos importantes para a magistratura, como o de recomposição automática e periódica dos subsídios, o resgate do ATS e o Plano Nacional de Segurança nos Fóruns. ●

PRIORIDADE MÁXIMA

Associação propõe à PMMG plano de segurança nos fóruns

Adriano Boaventura

Herbert Carneiro, cel. Martins Sant'Ana e Nelson Missias

Pouco mais de um mês depois de renovar a parceria com o comando da Polícia Civil do Estado, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, acompanhado do secretário-geral da AMB e ex-presidente da Associação, Nelson Missias de Morais, reuniu-se, no dia 21 de fevereiro, com o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), coronel Márcio Martins Sant'Ana, na Cidade Administrativa, sede do Governo de Minas, para discutir ações de aprimoramento da segurança nos fóruns mineiros.

Na ocasião, Herbert Carneiro entregou um ofício ao cel. Martins Sant'Ana no qual propõe a implementação de uma política de segurança de fóruns e magistrados de Minas Gerais, em uma ação planejada e coordenada, que envolva as Polícias Militar e Civil, o Tribunal de Justiça e a Amagis.

O encontro foi realizado após três ocorrências em apenas dois meses deste ano, envolvendo a segurança de fóruns e de juízes nas Comarcas de Janaúba, no Norte de Minas, Itaúna, no Centro-oeste, e Itabira, na região Central. O caso mais recente foi o de Itabira, durante o feriado de Carnaval, quando foi atirada uma pedra contra uma das janelas da Vara Criminal e o muro do fórum foi pichado.

Segundo o presidente da Amagis, ações como essas buscam intimidar e atentar contra a independência de julgar dos juízes, e têm ocorrido com uma frequência cada vez maior em Minas Gerais. "E, em última análise, são uma ameaça ao próprio Estado de Direito".

Herbert Carneiro destacou que ações dessa mesma natureza vêm sendo praticadas no mesmo período no Estado de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, e reafirmou o compromisso da Amagis, em parceria com a AMB e outras associações de magistrados, em defender, no Congresso Nacional, a adoção de um Plano Nacional de Segurança. ●

CANAL DE NOTÍCIAS

Amagis lança boletim eletrônico diário

Os magistrados mineiros agora têm acesso a mais um canal de informação sobre a Associação. No dia 21, a Diretoria de Comunicação da Amagis lançou o Boletim Amagis Notícias, uma newsletter eletrônica com o resumo das principais notícias publicadas no site da Associação. O boletim é diário e enviado para os e-mails cadastrados na Ascom.

Além de intensificar o diálogo, a publicação tem o objetivo de manter os associados informados sobre todas as ações da Amagis em benefício e defesa do magistrado.

Os associados que ainda não receberam o boletim devem entrar em contato com a Ascom (imprensa@amagis.com.br), informando o e-mail que deve ser cadastrado. ●

Instituto Mineiro de Perícias

Um olhar técnico a favor da verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:
- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnia
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Convênio AMAGIS

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

INTERIORIZAÇÃO

Gestão itinerante alcança três comarcas em um mês

Intensificando o processo de revitalização da Amagis, o presidente Herbert Carneiro reuniu-se com juízes das Comarcas de Passos, no Sul de Minas, Santa Luzia, na Grande BH, e Ipatinga, no Vale do Aço, para dialogar com os magistrados sobre os anseios e reivindicação da classe, como a segurança, recomposição dos subsídios e condições de trabalho.

Durante a vista a Santa Luzia, no dia 8 de janeiro, Herbert Carneiro percorreu as instalações do fórum acompanhado dos juízes da comarca, e assim como em Passos, onde esteve no dia 1º do mesmo mês, ele constatou a existência de falhas de segurança apesar da boa estrutura física do prédio. No fórum, não há detectores de metais, circuito interno de câmeras de vídeo, e a vigilância é feita somente durante o dia.

Além dos juízes de Santa Luzia, Herbert Carneiro estava acompanhado das diretoras de Comunicação da Amagis, juízas Rosimere Couto e Aldina Soares. Segundo Aldina, a presença do presidente da Associação na comarca aproxima e integra ainda mais a classe, demonstrando que a Amagis é feita por e para magistrados. "Santa Luzia se sente acolhida com a presença do presidente da Amagis, que vem envidando esforços junto ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Joaquim Herculano, e ao próprio governador de Minas, Antonio Anastasia, no sentido de garantir mais segurança aos juízes", reconheceu.

VALE DO AÇO

Duas semanas depois de ter ido a Santa Luzia, o presidente da Amagis esteve em Ipatinga, onde se reuniu com os juízes da comarca e região, e discutiu gestão e o desempenho da atividade judicial, com destaque para as condições de trabalho dos magistrados.

A reunião, da qual participaram presidente do TJMG, Joaquim Herculano, e o corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais, Audebert Delage, fazia parte do Encontro Administrativo do TJMG, realizado na Faculdade de Direito de Ipatinga (Fadipa).

Segundo o juiz Fábio Torres, diretor do Foro de Ipatinga, a aproximação com os juízes do interior é muito importante para que sejam conhecidos os anseios da magistratura mineira como um todo, na medida em que o contato com a realidade de cada região democratiza a gestão.

Participaram da reunião, magistrados das comarcas de Ipatinga, Açucena, Aimorés, Alvinópolis, Caratinga, Conselheiro Pena, Coronel Fabriciano, Ferros, Galiléia, Guanhães, Inhapim, Ipanema, Itabira, Itanhomi, João Monlevade, Mesquita, Mutum, Nova Era, Peçanha, Resplendor, Rio Piracicaba, Rio Vermelho, Sabinópolis, São Domingos do Prata, São João Evangelista, Tarumirim, Timóteo e Virginópolis. ●

Georgia Baçvaroff

Reunião com juízes no Vale do Aço e direção do TJMG

Adriano Boaventura

Com juízes de Santa Luzia, diretoria avalia as condições do fórum

RECONHECIMENTO

Magistratura lamenta perda do ministro Sálvio de Figueiredo

Ministro Sálvio de Figueiredo

A magistratura brasileira perdeu o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, que, aos 73 anos, faleceu em Brasília, no dia 15 de fevereiro. Ex-vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o magistrado havia se aposentado em fevereiro de 2006, após 40 anos dedicados ao Poder Judiciário.

Mineiro de Pedra Azul, no Vale do Jequitinhonha, Sálvio de Figueiredo foi um dos idealizadores da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), da Escola Judiciária Eleitoral e do projeto que instituiu a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Ainda colaborou com a elaboração do novo Código Civil, a reforma do Judiciário e o Código de Processo Civil, entre outras realizações.

Consternada, a magistratura mineira lamentou a morte do ministro. Por meio de nota, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, manifestou o pesar da classe pela perda de Sálvio de Figueiredo, "conhecido pelo intenso trabalho em favor da consolidação e do aprimoramento do magistrado e da Justiça brasileira, sempre defendendo a tese de que no centro de tudo está o juiz".

O desembargador aposentado Reynaldo Ximenes recordou que o entusiasmo do ministro foi determinante para que ele fosse convidado a assumir a diretoria da Escola Nacional da Magistratura (ENM). Segundo Ximenes, à frente da instituição, Sálvio de Figueiredo fez uma reforma radical, tornando-a um verdadeiro centro de estudos e de pesquisas, respeitada e acreditada, no Brasil e no exterior.

Cinco dias após o falecimento de Sálvio de Figueiredo, o Pleno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu dar o nome do ministro à Enfam. Em 2011, ele foi homenageado pela Amagis com a medalha Guido de Andrade, entregue à sua esposa, Simone Ribeiro de Figueiredo Teixeira, pois, já doente, o magistrado não pôde comparecer à cerimônia. ●

AÇÃO SOCIAL

Diretoria do Nutris realiza reunião de planejamento

Adriano Boaventura

Metas para o ano foram traçadas

No dia 19, a diretoria do Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris) reuniu-se, na sede da Amagis, para planejar as ações para 2013 da instituição, que, atualmente, atende a cerca de 200 crianças e adolescentes.

Segundo a presidente do Núcleo, a juíza aposentada Nilza de Castro Biber Sampaio, durante o encontro, foi discutida a possibilidade de construção de novas dependências, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, para ampliar o atendimento à comunidade do bairro Mariano de Abreu, na capital.

A diretoria avaliou ainda a contratação de pessoas para a área pedagógica do Núcleo de Arte e Cultura (NAC), que atende adolescentes. ●

JUSTIÇA CIDADÃ

Conselho criado por juiz reforça segurança pública

Adriano Boaventura

No carnaval deste ano, a população e visitantes de Muzambinho, no Sul de Minas, puderam contribuir de uma forma diferente com a segurança pública da cidade. Durante os quatro dias de festa, o Conselho de Segurança Pública (Consep) do município vendeu vários produtos para arrecadar fundos para a instituição.

Ao fim da folia, o quiosque montado pelo conselho arrecadou R$ 15.572,00, dos quais R$ 13.800,00 foram destinados para a compra de uma moto doada para a PM, que será utilizada no combate a assaltos nos quais criminosos utilizam o mesmo tipo de veículo para a fuga, conforme explica o juiz da comarca, Flávio Umberto Moura Schmidt.

Segundo o magistrado, o Consep foi criado em 2008, juntamente com empresários, vereadores e profissionais liberais, para dar apoio aos órgãos de segurança pública da cidade, atuando tanto na prevenção quanto no combate à violência. "A criminalidade tem se especializado, e com a estrutura oferecida não há a possibilidade de acompanhar os avanços do crime organizado", argumentou Flávio Schmidt, para quem o conselho também cumpre o papel de conscientizar a sociedade de que cada cidadão pode colaborar com a Justiça.

Além de incrementar a infraestrutura da polícia, a verba arrecadada pelo conselho também é utilizada para apoiar o trabalho do Poder Judiciário. Schmidt citou como exemplo o programa 'Depoimento Sem Dano', que atende a crianças e adolescentes que tenham sofrido abuso sexual. Os equipamentos de áudio e vídeo para que o depoimento da vitima possa ser tomado em uma sala isolada, acompanhada de uma psicóloga, sem nenhum constrangimento, foram comprados com os fundos do Consep.

PREVENÇÃO

As crianças e adolescentes também são beneficiadas pelo conselho por meio de projetos culturais e esportivos, como o 'Em busca da cidadania', no qual o cabo Altemário Ferreira Barbosa, da 79ª Companhia do 3º Pelotão de Muzambinho, dá aulas de caratê.

O policial contou que a iniciativa existia desde 2001, mas que, em 2008, quando o Consep abraçou a proposta, muitas melhorias foram feitas. As aulas passaram a ser dadas na praça de esportes da cidade, foram adquiridos tatames e quimonos, e as crianças passaram a ter acompanhamento psicológico e a receber um lanche após o treino.

Atualmente, o projeto conta com 65 alunos, entre crianças e adolescentes, que, para participar das aulas, realizadas aos sábados, têm de ter disciplina, bom comportamento e boas notas na escola. Segundo o cabo Barbosa, caso algum dos alunos apresente postura diferente, ele procura conversar com os pais do aluno, que podem ser atendidas pelos psicólogos do município.

O juiz Flávio Schmidt informou que, além das atividades esportivas, o conselho realiza ações nas escolas, como o concurso de redação sobre a paz, realizado no início deste ano, no qual o vencedor foi premiado com um tablet. ●

Arquivo pessoal

Juiz Flávio Schmidt fez a entrega da moto à Polícia Militar

– MINIENTREVISTA: JUIZ FLÁVIO UMBERTO MOURA SCHMIDT

Adriano Boaventura

Quais os principais problemas enfrentados na região?

O Sul de Minas faz fronteira com o Estado de São Paulo e a criminalidade paulista vem migrando para as pequenas cidades mineiras, com recursos criminais superiores ao cotidiano da polícia local, o que dificulta o combate ao crime.

Muzambinho já sentiu os efeitos do crime organizado?

Sem qualquer sombra de dúvida. Infelizmente, já tivemos episódios envolvendo integrantes do PCC (organização criminosa) com prática de latrocínio e assalto a mão armada, além do resgate de seus integrantes da cadeia local com a subtração de todo o armamento policial da Delegacia, cujas armas foram encontradas em favelas do Rio de Janeiro.

Como uma comarca pequena pode combater os avanços da crminalidade?

É extremamente difícil. O Governo do Estado, por meio do programa Cinturão de Segurança Pública dos Municípios que fazem fronteira com outros Estados, reforça o armamento e equipamentos da polícia para o combate a essas organizações. O nosso trabalho, através do Consep, é dar mais suporte às polícias. ●

COPA DO MUNDO

Judiciário se prepara para eventos internacionais

Para auxiliar o Poder Judiciário brasileiro a se preparar para atuar em casos relacionados com os eventos esportivos internacionais que serão realizados no país este ano e ano que vem, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instalou, no dia 20 de fevereiro, o Fórum Nacional de Coordenação de Ações do Poder Judiciário para a Copa das Confederações e para a Copa do Mundo.

O fórum, presidido pelo conselheiro Bruno Dantas, é integrado pelo conselheiro Emmanoel Campelo e por magistrados da Justiça Estadual, Federal e do Trabalho com jurisdição em cidades que sediarão jogos dos dois eventos esportivos, por um juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça e outro da Presidência do CNJ.

Glaucio Dettmar

CNJ coordenou trabalhos de preparação para grandes eventos

TJMG

Para representar o Tribunal de Justiça de Minas Gerais no Fórum, o presidente do TJ, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, designou o juiz Rui de Almeida Magalhães, da 35ª Vara Cível de Belo Horizonte. De acordo com o magistrado, o Fórum vai estudar e conceber ações no sentido de prevenir litígios, garantir direitos e articular o diálogo entre o Judiciário em outras instituições.

O juiz Rui de Almeida participou, em Brasília, da primeira reunião de trabalho do Fórum. Em conversa com a reportagem do Jornal DECISÃO, ele falou da importância da realização deste trabalho e do objetivo maior do fórum que é o prestar um serviço ao cidadão. Rui de Almeida destacou ainda que durante a realização dos trabalhos, o Poder Judiciário manterá sua autonomia, não havendo interferência de quaisquer órgãos de Estado estrangeiro ou não.

O magistrado explicou que as unidades jurisdicionais, que serão instaladas nos aeroportos e estádios, irão funcionar em períodos diferenciados e estarão devidamente preparadas para atuar, de forma rápida e eficiente, na prevenção e resolução de conflitos que podem surgir durante a realização dos eventos internacionais.

"Essa ação envolve o Juizado Especial, a Justiça Comum, a Justiça Criminal, a Justiça do Trabalho, o Ministério Público, a Defensoria Pública, entre outras instituições. Todos trabalhando em prol de um objetivo comum que é o de atuar com rapidez e eficácia na prevenção dos conflitos que podem surgir e garantir os direitos do consumidor e do torcedor, além de promover a articulação do Poder Judiciário com outras instituições envolvidas", afirmou Rui de Almeida.

O magistrado destacou a participação do juiz Vicente de Oliveira Silva, coordenador dos Juizados Especiais de Belo Horizonte, nos trabalhos, que, segundo Almeida, tem sido imprescindível.

"Minas Gerais está envidando todos os esforços para estar plenamente preparado já para a Copa das Confederações. E a atuação e presteza do TJMG no Fórum Nacional foram reconhecidas pelo CNJ durante a preparação dos trabalhos", disse. ●

PRERROGATIVAS

Amagis cobra debate por imediata reforma da Loman

Em permanente e histórica defesa das prerrogativas da magistratura, a Amagis divulgou nota pública, no dia 15 de fevereiro, pelo amplo e imediato debate na reforma da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), aguardada há mais de 25 anos pela magistratura brasileira. Desde a redemocratização do País e da promulgação da Constituição, os magistrados reivindicam a democratização do Judiciário e de suas ações, a definição de uma política remuneratória, melhores condições de trabalho nas comarcas e mais segurança nos fóruns, entre outros.

"Defendemos um estatuto que estabeleça a carga processual de cada magistrado, sua jornada de trabalho, o número de juízes por habitante, o tamanho das férias e as condições de trabalho e de segurança dignas que preservem a vida de quem tem que, muitas vezes, contrariar grandes e poderosos interesses e, frequentemente, enfrentar o crime organizado", diz a nota assinada pelo presidente da Amagis em resposta às críticas ao direito de férias em dois períodos dos magistrados.

Ainda em fevereiro, a Amagis também divulgou nota de protesto contra o despreparo da empresa que administra o Mineirão e a falta de estrutura para o trabalho do Juizado Especial, durante a reinauguração do estádio, e em defesa do magistrado e de suas condições de trabalho.

Durante o jogo entre Cruzeiro e Atlético, no dia 3 de fevereiro, o Juizado Especial não pode ser instalado dentro do estádio, por falta de luz e equipamentos, e os juízes prestaram seu serviço em uma estrutura precária e inacabada. A entrada dos magistrados no estádio também foi dificultada, e a falta de estrutura afetou os direitos básicos do torcedor. Na mesma nota, a Amagis adiantou que cobrará mudanças visando ao respeito e ao direito do cidadão em todos os eventos do novo Mineirão. A imprensa repercutiu a nota da Amagis.

DEFESA NACIONAL

Como legítima representante e porta voz da magistratura mineira no cenário nacional, a Amagis esteve em Brasília duas vezes no mês de fevereiro, representada pelo presidente Herbert Carneiro, em defesa dos interesses dos magistrados mineiros.

Dia 4, a Amagis requereu habilitação como amicus curiae no Procedimento de Controle Administrativo – PCA nº 0006796-17.2012.2.00.0000/ CNJ, referente à representação da Anamages contra promoções de magistrados.

Ainda em Brasília, no dia 7 de fevereiro, Herbert Carneiro participou de reunião do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e acompanhou juízes, para fazer a defesa deles, junto aos conselheiros, em outros processos administrativos. ●

Adriano Boaventura

Inauguração do Mineirão foi marcada por problemas

PENSIONISTAS

Diretoria defende interesses no Ipsemg

Georgia Baçvaroff

Herbert Carneiro, Sueli Tréssia, Marlene Fernandes e Marcus Souza

Os direitos das pensionistas da magistratura mineira são uma preocupação permanente da Amagis. Nesse trabalho, o presidente da Associação, Herbert Carneiro, a diretora de Pensionistas, Marlene Fernandes, e a coordenadora do Amagis Saúde, Sueli Tréssia, reuniram-se com o diretor de Previdência do Ipsemg, Marcus Vinícius de Souza, no dia 25 de fevereiro. O encontro teve como objetivo tratar de temas de interesse das pensionistas da magistratura mineira.

Para a diretora de Pensionistas da Amagis, a reunião foi muito proveitosa e trouxe esclarecimentos muito positivos. Marlene Fernandes afirmou ainda que convidou um representante da diretoria do Ipsemg para participar da próxima reunião das pensionistas, que deve ser realizada em março, para prestar esclarecimentos e tirar as dúvidas. ●

Adriano Boaventura

ENTREVISTA >>
JUÍZA MARIZA DE MELO PORTO

Tiago Parrela

Natural de Patos de Minas, no Alto Paranaíba, a juíza Mariza de Melo Porto é filha de Constantino Borges de Melo, fazendeiro, e de Paulina de Melo Porto, professora. Atualmente, Mariza Porto responde pela 4ª Vara de Sucessões e Ausência de Belo Horizonte. Durante sua passagem pelo TRE-MG, foi auxiliar do corregedor, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, atual presidente do TJMG . Em 2007, foi nomeada juíza suplente da Corte Eleitoral, tendo assumido a titularidade em 2008 e sendo reconduzida em 2010. Conhecedora do universo político, ela destaca a luta da mulher por seu espaço nesse universo e no mundo, além de ressaltar a grandiosa experiência de ter sido a primeira ouvidora do TRE-MG, classificando-o como um grande espaço democrático.

Qual a importância de seus pais em sua formação?
Foram eles os meus primeiros educadores e orientadores. Transmitiram-me os valores da religião, da ética e da moral, para a formação de meu caráter. Minha mãe era professora e era uma pessoa muito dinâmica, ativa, tinha paixão pela política, além de participar de toda a vida da comunidade, sendo uma grande educadora. Meu pai era um homem sereno, carinhoso, trabalhador e muito caridoso.

Como se deu a escolha pelo Direito e pela magistratura?
Escolhi estudar Direito por ser o curso que mais identifiquei com os meus interesses de leitura e participação na sociedade. Lembro-me da peça teatral "Testemunha de Acusação", que assiste aos 15 anos de idade, e que me impressionou muito. Admirava também grandes advogados da minha terra. Depois de formada, advoguei por nove anos, atuando na área cível e trabalhista. Ao participar da realização do Direito e da Justiça, fui atraída pela magistratura, por seu senso de Justiça e intervenção direta nas modificações sociais.

Como é a vida itinerante dos magistrados?
As mudanças de cidade para cumprimento da carreira, como tudo na vida, trazem alegrias e sacrifícios. Entre ganhos e perdas, os primeiros são superiores. O aprendizado de novos costumes, cultura e, principalmente, a conquista de amigos é enriquecedor. O mais importante é a capacidade de recomeçar.

Como foi estudar em Roma?
Fiz uma pesquisa na Università Degli Studi La Sapienza di Roma, no ano de 2003, em processo civil, servindo para o meu curso de pós-graduação. A experiência foi grandiosa, e é muito enriquecedor conhecer, aprender e vivenciar as diversas maneiras de se aplicar o Direito.

Quais são as semelhanças entre o Direito Processual Civil brasileiro e o italiano?
O Direito Processual Civil brasileiro recebeu grande influência da doutrina, jurisprudência e legislação estrangeiras, principalmente italiana, alemã e portuguesa. As semelhanças são retratadas principalmente na doutrina por meio de conceitos e institutos do direito processual, as diferenças ficam no campo da prática, no modo de aplicação.

Qual a importância para a sociedade de uma ouvidoria no TRE?
A ouvidoria foi uma experiência extraordinária na minha vida. Por ser o elo entre o cidadão e o serviço publico, é o espaço mais democrático que existe. Tive a oportunidade de manter um vinculo direto com o eleitor, na acolhida dos seus anseios, reclamações, sugestões, críticas e elogios, levando as respostas necessárias e devidas de forma segura e célere. Recebíamos muitos telefonemas, cartas, e-mails, além de realizarmos audiências públicas, sempre com a finalidade de melhorar o serviço público.

Como mulher e magistrada, por que as mulheres não são tão presentes no universo político?
A função da mulher, como administradora do lar e educadora dos filhos, traz ainda um pouco de dificuldades para que ela se envolva com os problemas sociais. Isso tem mudado um pouco, pois as famílias já não são tão numerosas como no passado, além de existir maior participação dos homens nos trabalhos domésticos. De modo mais moderado, as mulheres vêm se envolvendo com as questões políticas e se aproximando do exercício do poder. ●

"Foram eles os meus primeiros educadores e orientadores. Transmitiram-me os valores da religião, da ética e da moral, para a formação de meu caráter.

A ouvidoria foi uma experiência extraordinária na minha vida. Por ser o elo entre o cidadão e o serviço público, é o espaço mais democrático que existe.

Ao participar da realização do Direito e da Justiça, fui atraída pela magistratura, por seu senso de Justiça e intervenção direta nas modificações sociais."

MEMÓRIA DA AMAGIS

Bernardino Godinho presidirá comissão

Adriano Boaventura

José Martinho, Herbert Carneiro, Godinho e Fernando Botelho

O Memorial da Amagis, espaço localizado na sede da Associação, em Belo Horizonte, foi inaugurado em 2009, na gestão do então presidente Nelson Missias de Morais, com o intuito de preservar a história da entidade representativa da magistratura mineira. Para dar continuidade a esse importante trabalho de resgate, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, convidou o desembargador aposentado Bernardino Godinho Campos para presidir a 'Comissão de Memória' da Amagis.

O convite foi feito durante visita à sede da Associação, no dia 28 de fevereiro, da qual também participaram o advogado Fernando Neto Botelho (ex-desembargador), e o juiz aposentado José Martinho Nunes Coelho. Godinho aceitou prontamente a missão. ●

QUINTO

Gambogi será novo desembargador do TJMG

Adriano Boaventura

Gambogi foi indicado em votação do Tribunal Pleno

O governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, nomeou, no dia 26 de fevereiro, o advogado e professor Luiz Carlos Gambogi como o novo desembargador do TJMG, na vaga destinada à OAB-MG, aberta após a aposentadoria do desembargador Cláudio Costa. Na véspera, o Pleno do TJMG havia escolhido a lista tríplice encaminhada ao governador, na qual Gambogi ficou em segundo lugar, com 59 votos.

Nesta mesma sessão, o desembargador Marcos Lincoln dos Santos foi eleito membro do Órgão Especial do TJMG, com 86 votos, e deverá tomar posse em abril, substituindo a desembargadora Selma Marques. O Pleno também aprovou o nome do juiz Alberto Diniz Júnior, da 1ª Vara de Sucessões e Ausência de Belo Horizonte, para o cargo de juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG). ●

FERNANDO GALVÃO

Publicações tratam do Direito Penal

O mercado editorial acaba de receber mais dois livros de autoria do juiz Fernando Galvão da Rocha, do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais. Em "Direito Penal – Crimes Contra a Pessoa", o autor examina todos os crimes contra a pessoa e contextualiza cada tipo incriminador com a perspectiva legitimadora da reprovação social. O outro livro é o "Direito Penal – Parte Geral", que chega à sua 5ª edição. Nele, o juiz parte dos pressupostos de legitimidade da intervenção repressiva e prossegue até atingir o exame das causas de extinção da responsabilidade. Ambos os livros foram publicados pela Editora Saraiva. ●

CONCURSOS

Livros abordam Direito Processual Civil

O juiz Maurício Ferreira Cunha, titular da 1ª Vara e Coordenador dos Juizados Especiais da Comarca de Poços de Caldas, no sul de Minas Gerais, é autor do capítulo sobre Direito Processual Civil em dois livros voltados para aqueles que pretendem prestar concurso na área jurídica: "Revisaço – Defensoria Pública Estadual" e "Revisaço – Procuradoria do Estado".

As obras, publicadas pela editora Juspodivm, reúnem mais de mil questões comentadas, além de dicas, súmulas dos tribunais superiores e informativos do STF, STJ e TST. Além das livrarias, os interessados podem comprar os livros pelo site www.editorajuspodivm.com.br. ●

FORMAÇÃO

Futuros juízes participam de palestras sobre o Judiciário

Georgia Baçvaroff

José Lúcio Munhoz apresentou o CNJ

Georgia Baçvaroff

Herbert Carneiro falou sobre relações institucionais

Os alunos do 3º Curso de Formação para a Carreira da Magistratura da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) tiveram a oportunidade de assistir a diversas palestras no mês passado, entre elas, a do presidente da Amagis, Herbert Carneiro, no dia 28 de fevereiro, sobre as 'Relações Institucionais e Interinstitucionais'.

Herbert Carneiro enfatizou a importância do papel do juiz de transformador social. "O juiz, hoje, é mais que um cidadão que prolata sentença e fica em gabinetes resolvendo processos. Ele tem que conhecer um pouco mais do contexto social e estar inserido nos problemas para que possa decidir com mais segurança, firmeza e independência", disse.

Durante a palestra, ele ainda destacou a importância do juiz ter serenidade e equilíbrio emocional e falou sobre a vocação, o compromisso e a eficiência, características fundamentais para aquele que escolhe a magistratura.

CNJ

Os conselheiros José Lúcio Munhoz e Jefferson Kravchychyn, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estiveram em Belo Horizonte, no dia 27 de fevereiro, para também proferir palestras paraos futuros juízes. Desta vez, o tema foi a administração judiciária e o trabalho do CNJ.

José Lúcio Munhoz descreveu as funções e competências do CNJ e afirmou que um dos principais motivos de sua criação foi formar um planejamento administrativo em âmbito nacional para o Poder Judiciário. Ele ainda ressaltou a importância das associações para a defesa das garantias constitucionais dos magistrados e o papel relevante que elas exercem na vida dos juízes.

Em seguida, o conselheiro Jefferson Kravchychyn apresentou um gráfico, com dados do CNJ, que mostram o Brasil como o segundo país do mundo com o maior número de processos por juiz. Entre as medidas defendidas por ele para reverter essa realidade, está o incentivo à conciliação, que, de acordo com Kravchychyn é um instrumento efetivo de pacificação social.

As palestras foram realizadas no auditório do anexo I do TJMG, em Belo Horizonte. ●

EXCLUSIVIDADE

Presidente se licencia para se dedicar à Amagis

Bruno Gontijo

Herbert Carneiro

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, se licenciou das funções judiciais do Tribunal de Justiça para se dedicar exclusivamente à Amagis e à magistratura mineira e seus interesses. O Órgão Especial do TJMG aprovou, no dia 27 de fevereiro, o nome do juiz Edison Feital Leite para substituí-lo na 4ª Câmara Criminal, temporariamente.

A medida será importante para que o presidente da Amagis possa investir na defesa e segurança dos magistrados e na autonomia financeira e orçamentária do Poder Judiciário, duas de suas prioridades para este ano, quando serão intensamente debatidos o novo Estatuto da Magistratura, no Congresso Nacional, e a reforma da Lei de Divisão e Organização Judiciárias (LODJ), na Assembleia Legislativa de Minas. ●

CULTURA E LAZER

Revista é lançada durante 1º Happy Hour da magistratura

Adriano Boaventura

José Maria, Riza Nery, Gilson Lemes, Herbert Carneiro e Tiago Pinto

Integração, cultura, lazer e aperfeiçoamento profissional marcaram, com grande êxito, a realização do 1º Happy Hour da magistratura mineira, no dia 28 de fevereiro, no Parque Esportivo da Amagis, em Belo Horizonte. Para inaugurar o novo projeto de integração e lazer, a diretoria da Associação lançou a 7ª edição da revista Amagis Jurídica, que tem como destaque artigo exclusivo do ministro aposentado do STF Eros Grau, abordando os 'Princípios, a (In) Segurança jurídica e o Magistrado'.

O diretor da Amagis Jurídica, Gilson Soares Lemes, destacou que a revista, lançada em 2009, na gestão do ex-presidente da Amagis Nelson Missias de Morais (atual secretário-geral da AMB), chega à 7ª edição, consolidando um espaço que os magistrados sempre trazem teses que não encontram em outro lugar para demonstrar nos processos. O vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, Tiago Pinto, reafirmou o compromisso de manter a publicação da revista com a mesma qualidade científica das edições anteriores.

Colaboram nesta publicação, além do ministro Eros Grau, os magistrados Ana Maria Lammoglia Jabour, Ângela de Lourdes Rodrigues, Damião Alexandre Tavares Oliveira, Fabrício Simão da Cunha Araújo, Jorge Franklin Alves Felipe, José Maria dos Reis, Juarez Morais de Azevedo, Luiz Guilherme Marques, Rogério Medeiros Garcia de Lima, Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes e os advogados Francis Vanine de Andrade Reis e Raquel Frederico Alves.

PARQUE ESPORTIVO

A realização deste primeiro Happy Hour é uma proposta da nova diretoria que pretende otimizar o uso do Parque Esportivo, através de parceiras com várias instituições, entre elas universidades e academias. A diretora do Parque Esportivo, Riza Aparecida Nery, adiantou que a proposta da gestão é incrementar as atividades esportivas, culturais e de lazer realizadas pela Amagis.

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, observou que a boa presença dos colegas no encontro mostra a integração da classe, e que a realização destas atividades, tanto no interior quanto na capital, coloca a associação no seu berço natural de casa da magistratura.

O encontro também foi marcado pela presença dos alunos do 3º Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura da Ejef, que puderam conhecer as instalações da Associação e seus futuros colegas magistrados.

Ainda prestigiaram o evento, o secretário-geral da AMB, Nelson Missias de Morais, o segundo vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador José Antonino Baía Borges, os vice-presidentes da Amagis, Maurício Soares (Saúde), Luiz Carlos Rezende e Santos (Financeiro) e Luzia Divina de Paula Peixoto (Administrativo) e as diretoras de Comunicação, Rosimere Couto e Aldina Soares, e o diretor da revista MagisCultura Mineira, Renato César Jardim. ●

Adriano Boaventura

Futuros juízes se confraternizam com magistrados

Adriano Boaventura

Parque Esportivo recebeu mais de cem magistrados

GEGÊ NA ESTRADA!

Há 32 anos rodamos pelas estradas
do país levando e trazendo o patrimônio
de clientes, que nos escolhem pela
experiência e qualidade neste processo
tão sensível, que é uma mudança.
Hoje a Gegê se posiciona como
a empresa que avança no tempo
das realizações, fazendo de sua
missão uma conquista averbada
por esses milhares de clientes.

32
ANOS

Guarda-móveis
GeGê
MUDANÇAS

(31) 3332.3800 - 3332.4280
www.gegemudancas.com.br

morse

Adriano Boaventura

ENTREVISTA >>
DESEMBARGADOR ANTÔNIO DE PÁUDA

Ainda criança, aos 7 ou 8 anos, o desembargador Antônio de Pádua, natural de Bom Sucesso, no Centro-Oeste de Minas, já respondia com convicção à pergunta: o que você vai ser quando crescer? Advogado.

Hoje, com 28 anos de magistratura, Pádua acredita que essa certeza pode ter sido um dom. O fato, é que sua determinação o fez superar a resistência do pai, Leobaldo Elias de Oliveira, que via no trabalho no Cartório do 1º Ofício um caminho mais estável para o filho, e decidiu mudar-se para Belo Horizonte, onde conheceu o professor Edgar Amorim Pereira, o advogado João Luiz Leite Praça e o desembargador Lúcio Urbano, fundamentais para Pádua seguir na carreira jurídica.

Como foi sua criação na zona rural de Bom Sucesso?
Fui uma criança feliz, mas convivendo entre adultos. Sou o caçula de uma família de nove irmãos, dos quais apenas dois estão vivos. Como meus irmãos já eram adultos, eu praticamente brincava sozinho. Somente aos 9 anos, fui para a Escola, porque não aceitava separar-me da minha mãe, Maria da Conceição Avelar.

Como era a lida diária dos seus pais e irmãos no campo, ajudando no sustento da família?
A luta diária dos meus pais era árdua, porque tinham de tirar o sustendo da família pelo serviço na agricultura, plantando milho, feijão e hortaliças em geral, que serviam para o sustento da família e para comércios, para, com o dinheiro arrecadado, fazer frente às demais despesas.

Como foi deixar a família e morar em Belo Horizonte?
Quando eu disse que iria me mudar para Belo Horizonte, para continuar meus estudos, meu pai foi contra. Eu já era escrivão, tabelião e oficial do registro de imóveis substituto (os cartórios eram agrupados), e ele entendia que, após a aposentadoria do titular, eu seria nomeado para o seu lugar. Mas, na época, esse era um cargo político e a indicação dependeria de quem fosse o governador. Mantive firme o meu propósito, pedi demissão do cargo e fui para a capital, sem nuca ter estado em Belo Horizonte antes. A princípio, foi uma adaptação difícil, pois sentia muita falta da família e da própria cidade.

Qual a importância do professor José Edgar Penna Amorim para o senhor no período em que era estudante?
Conheci o professor Amorim quando cursava o primeiro ano de Direito. Estava desempregado. Um dia, após a aula de economia política, lecionada por ele, me aproximei da mesa dele e lhe perguntei se ele precisava, no escritório, de um estudante de Direito, ótimo datilógrafo, que já tinha trabalho em cartório e conhecia todo tipo de serviço de fórum. Ele perguntou: quem? Eu, respondi. Acho que minha abordagem foi tão inusitada que no dia seguinte eu estava empregado na Petrominas, onde o professor Amorim era assessor jurídico.

Qual a importância do trabalho na Petrominas na sua formação jurídica?
Exercia o cargo de assistente do assessor jurídico, o que me deu uma visão do Direito na prática. Algum tempo depois, o professor Amorim desligou-se da empresa em razão das inúmeras militâncias no mundo jurídico. E no lugar dele assumiu o advogado João Luiz Leite Praça, que muito me ajudou no início da carreira, deu-me inúmeros e valiosos conselhos, além de me passar um conhecimento jurídico vastíssimo, de que ele era portador. Devo muita gratidão a esses dois exemplos de grandes profissionais do Direito.

Depois de advogar por 15 anos, por que o senhor decidiu fazer concurso para a magistratura?
A carreira de magistrado me chamava muita atenção, pelo exemplo de magistrados sérios com os quais militei na minha advocacia. Optei por fazer o concurso, quando então, em junho de 1985, fui aprovado no concurso que teve cerca de dois mil candidatos e com 43 aprovados. Fiquei classificado em 5º lugar. Naquela época, o desembargador Lúcio Urbano me orientava nos estudos e me disse para eu passar no concurso, que o resto era problema dele. Ele dizia que iria cuidar da minha carreira. Ao desembargador Lúcio Urbano eu rendo todo o meu agradecimento. ●

“Quando eu disse que iria me mudar para Belo Horizonte, para continuar meus estudos, meu pai foi contra.

A princípio, foi uma adaptação difícil, pois sentia muita falta da família e da própria cidade.

A carreira de magistrado me chamava muita atenção, pelo exemplo de magistrados sérios com os quais militei na minha advocacia.”

CASO BRUNO

Amagis apoia juíza e reafirma sua imparcialidade e correção

Georgia Baçvaroff

Herbert Carneiro concede entrevista

A juíza Marixa Fabiane Lopes deu início, no dia 4 de março, ao julgamento do goleiro Bruno Fernandes e sua ex-mulher Dayanne Rodrigues, no Tribunal do Júri da Comarca de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

À frente de um dos casos mais polêmicos do Judiciário mineiro, a juíza Marixa recebeu o apoio de toda a magistratura mineira na pessoa do presidente da Amagis, Herbert Carneiro, que esteve no Fórum de Contagem no início da manhã do dia 4, para prestar apoio à magistrada que, segundo ele, vem realizando seu trabalho durante todo o processo de forma independente, imparcial e segura, tomando todas as decisões amparadas na lei e na Constituição Federal.

Durante sua passagem no fórum, Herbert Carneiro concedeu entrevista à imprensa e reafirmou a necessidade de um novo prédio para Contagem, o que ele espera que aconteça ainda na gestão do presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano.

A Amagis esteve presente em todo o julgamento. As juízas Luzia Peixoto, vice-presidente Administrativo da Amagis, e Rosimere Couto, diretora de Comunicação, e Riza Nery, diretora do Parque Esportivo, estiveram no fórum também para prestar apoio à juíza Marixa Fabiane. Na ocasião, elas reafirmaram a maneira exemplar com que a magistrada vem conduzindo todos os procedimentos do caso com isenção, firmeza e equilíbrio. ●

ISONOMIA

Presidente reafirma compromisso com aposentados

Adriano Boaventura

Reunião com magistrados aposentados

Com o objetivo de integrar a classe e defender igualmente todos os seus segmentos, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, se reuniu com magistrados aposentados, no dia 27 de fevereiro, quando reafirmou seu compromisso com o tratamento isonômico dos associados – ativos de primeira e segunda instâncias, inativos e pensionistas. Herbert Carneiro esclareceu que todas as demandas encaminhadas ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, pleiteando auxílios moradia, saúde e alimentação e a recomposição dos subsídios, são reivindicadas também para os aposentados. A reunião aconteceu na sede da Amagis, em Belo Horizonte. ●

ÓRGÃO ESPECIAL

Associação defende magistrados no TJMG

Georgia Baçvaroff

Diretoria acompanha sessão no TJMG

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, juntamente com desembargador Nelson Missias, ex-presidente da Amagis e secretário geral da AMB, acompanharam, no dia 27 de fevereiro, a sessão do Órgão Especial do TJMG, que tinha na pauta sete processos envolvendo juízes mineiros, no intuito de defender as prerrogativas dos magistrados, e garantir a independência do magistrado em julgar.

Os advogados da Amagis também compareceram e fizeram sustentação oral durante a sessão. Dos sete processos, os desembargadores decidiram pelo arquivamento de dois. Os outros cinco foram adiados para a próxima sessão, dois devido à ausência justificada do relator e os outros três devido à falta de quórum mínimo. A próxima reunião deve acontecer no dia 13 de março. ●

Programa AMORàVIDA

AMAGIS Saúde

Bem-estar e qualidade de vida para você, usuário do AMAGIS SAÚDE

STRESS

Uso indevido aumenta consumo de antidepressivos

Daniela Fagundes

Shutterstock

Pesquisa aponta o crescimento de 16,29% no consumo de antidepressivos

O texto na tarja preta adverte: este medicamento pode causar dependência física ou psíquica. Apesar do aviso e das restrições de venda, em 2012, o consumo de antidepressivos e ansiolíticos cresceu 16,29% em relação ao ano anterior. Segundo dados do levantamento feito pelo IMS Health, a pedido do jornal Estado de Minas, no ano passado foram vendidos 42,33 milhões de caixas de remédios indicados para o tratamento de depressão, insônia e ansiedade, quase uma caixa para cada cinco brasileiros. Número que garante ao Brasil a liderança mundial na venda desse tipo de medicamento.

Segundo a psiquiatra Adelina Vieira Torres, esse aumento está relacionado à qualidade de vida da população. "O stress do dia a dia, a cobrança por parte das empresas e o estilo de vida dos pacientes potencializam as crises de depressão e ansiedade", diagnosticou a médica. Perda de interesse nas atividades, distúrbio do sono ou do apetite e alteração do humor são alguns dos sintomas que indicam que a pessoa precisa de ajuda.

"Já estava com certo desânimo com relação à vida profissional, mas, após uma decepção amorosa, comecei a sentir uma tristeza profunda, paralisante. Comecei o tratamento com a homeopatia, para evitar os antidepressivos. Mas, após uma semana, o próprio médico me sugeriu procurar um psiquiatra alopata, pois eu precisava de um tratamento de resgate mais rápido. Foi nesse momento que eu entendi que a minha doença era também química", contou a publicitária Júnea Ramos, de 25 anos.

Um conjunto de fatores é apontado como a causa da depressão. Entre eles, estão os fatores situacionais, como perdas, traumas, stress ou luto, e os bioquímicos, que são caracterizados pela diminuição do nível dos neurotransmissores serotonina, noradrenalina e dopamina. Os medicamentos ajudam a aumentar a oferta dessas substâncias durante a sinapse. Mas é importante que o paciente passe por uma avaliação psiquiátrica antes de iniciar o tratamento, como ressaltou a médica. "É fundamental levar em conta os sintomas e o quadro do paciente na hora de prescrever a medicação. Cada organismo reage de maneira diferente à doença e ao tratamento", orientou.

Além do estilo de vida contemporâneo, Adelina Torres apontou a prescrição de antidepressivos de maneira indiscriminada e por outras especialidades médicas, que não a psiquiatria, como fatores que contribuem para o boom dos remédios tarja preta. "Muitos pacientes chegam com o discurso pronto e querem alívio imediato. Não entendem que os ansiolíticos causam dependência, e os antidepressivos apresentam uma série de efeitos colaterais, como a diminuição da libido e o ganho de peso", advertiu a psiquiatra.

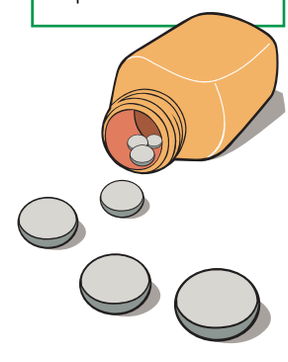
Por isso, segundo a médica, é preciso aliar o tratamento a outras condutas, como a prática de exercícios físicos, técnicas de relaxamento e, principalmente, a psicoterapia. "A maioria das pessoas tem dificuldade em falar sobre si. Por isso, quando o remédio começa a fazer efeito, desistem da terapia. O que é um problema, porque o medicamento garante o alívio dos sintomas, mas tem efeito paliativo quando os motivos não são tratados", alertou Adelina Torres.

Os tratamentos complementares foram importantes para a recuperação de Júnea, que hoje pratica caminhada e yoga e frequenta sessões de psicoterapia uma vez por semana "O remédio foi o que me deu força para mudar. Ele foi como uma muleta que me fez levantar de novo. Hoje, sei que ainda preciso dele, mas tenho trabalhado para voltar a andar sem essa ajuda", disse a publicitária. ●

**A psiquiatra Adelina Vieira Torres é credenciada ao Amagis Saúde.*

ENTENDA MAIS

- **Antidepressivos** – Regulam o nível de neurotransmissores. Podem conter em sua fórmula substâncias que acalmam (ansiolíticos) ou que estimulam, de acordo com a necessidade de cada paciente.
- **Ansiolíticos / calmantes** – Aliviam os sintomas de ansiedade.
- **Indutores do sono** – Melhoram a qualidade do sono



IMPOSTO DE RENDA

Hora de acerto com o leão

O Amagis Saúde enviou aos usuários do plano, na última semana de fevereiro, os demonstrativos de despesas médicas para a declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) de 2013, ano-calendário 2012. No dia 1º de março, a Receita Federal abriu o período para entrega das declarações do Imposto de Renda 2013, que vai até 30 de abril. Quem perder o prazo está sujeito à multa de R$ 165,74.

As novidades do IRPF deste ano estão disponíveis no site da Receita Federal, bem como as perguntas e respostas para esclarecer as dúvidas no preenchimento dos dados. É importante observar as orientações do manual para evitar que a declaração fique retida na malha fina.

Um dos erros comuns cometidos ocorre ao informar no campo das despesas médicas beneficiários dos planos que não são dependentes do contribuinte. Segundo informações disponíveis no site da Receita Federal, "as despesas médicas ou de hospitalização dedutíveis restringem-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte para o seu próprio tratamento ou o de seus dependentes relacionados na Declaração de Ajuste Anual, incluindo-se os alimentandos, em razão de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, ou por escritura pública".

Para baixar os programas para preenchimento, envio e para tirar dúvidas da declaração do IRPF deste ano, basta acessar o site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br. ●

NOVOS CREDENCIADOS

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Araxá	Fisioterapia	Centro Universitário do Planalto Araxá	Av. Min. Olavo Drumond, 05 - Novo São Geraldo	(34) 3669-2302
Belo Horizonte	Acupuntura	Celso Homero Santos Oliveira	Rua Rio Grande do Norte, 57 - Conj. 1001 - Santa Efigênia	(31) 3226-7801
	Dermatologia	Letícia Pires Vaz Brandão Teixeira	Av. Francisco Sales, 1420 - Sala 1204 - Santa Efigênia	(31) 3221-4799
	Ginecologia e Obstetrícia	Neli Sueli Teixeira de Souza Ginecologia e Obstetrícia Ltda.	Av. Francisco Sales, 1420 - Sala 802 - Santa Efigênia	(31) 3281-9811
	Neurocirurgia	Antônio Pedro Baroni Amaral	Rua dos Aimorés, 2480 - 11º Andar - Lourdes	(31) 3337-1212
	Otorrinolaringologia	Ricardo Jacob de Macedo	Av. Bernardo Monteiro, 890 - Sala 601 - Funcionários	(31) 3222-2100
Campo Belo	Oftalmologia	Visiocentro	Av. Afonso Pena, 1001 - Vila Matilde	(35) 3831-2087
Conselheiro Lafaiete	Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Terapia Ocupacional	Centro de Reabilitação Hidrosolar	Rua Barão de Pouso Alegre, 86 São Sebastião	(31) 3761-5781
Congonhal	Fisioterapia	Fisiominas	Rua Silviano Brandão, 842 - Sala 02 - Centro	(35) 3424-1253
Montes Claros	Fisioterapia	Núcleo de Fisioterapia Bio Estética	Rua Gabriel Passos, 140 - Sala 202 - Centro	(38) 3221-8486
Poços de Caldas	Pediatria, Cirurgia Pediátrica e Psicologia	Psyque Serviços Psicológicos	Rua Minas Gerais, 280 - Sala 203 - Centro	(35) 3721-8235
Uberlândia	Psicologia	Ana Paula Soares Ferreira Melazo	Av. Cesário Alvim, 1387 - Aparecida	(34) 9966-1156
		Letícia Maria Soares Ferreira	Av. Cesário Alvim, 1387 - Aparecida	(34) 9969-3396
	Psiquiatria	Dante Galileu Guedes Duarte	Av. João Pinheiro, 300 - Centro	(34) 3233-1400

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert José de Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG
Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelho Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juízas Rosimere das Graças do Couto e Aldina de Carvalho Soares

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Estagiária:
Daniela Fagundes

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Editoração

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS - Judiciário independente; magistrado valorizado.

SAÚDE

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

PARQUE ESPORTIVO

Ação integrada busca novas parcerias para saúde

Em uma ação conjunta das vice-presidências de Saúde e Sócio cultural-Esportiva, a diretoria da Amagis deu início, no dia 15 de fevereiro, em uma reunião com o reitor da Universidade Fumec, Eduardo Martins Lima, a uma séria de contatos que visam incrementar a promoção da saúde preventiva da Associação, otimizando o uso do Parque Esportivo.

Durante o encontro, do qual participaram o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, o vice-presidente Sociocultural-esportivo, Tiago Pinto, a diretora do Parque Esportivo, Riza Aparecida Nery, e a coordenadora do Amagis Saúde, Sueli Tréssia, foi avaliada a possibilidade de um trabalho integrado com a universidade e a Associação. A consolidação de parcerias na área da saúde, que possam ser ampliadas para todo o Estado, é uma das metas da nova diretoria.

Georgia Baçvaroff

Riza Nery, Eduardo Martins, Herbert Carneiro, Tiago Pinto e Sueli Tréssia

Na avaliação do vice-presidente Tiago Pinto, a reunião foi muito positiva e confirmou que o diálogo com outras instituições é um dos caminhos que a diretoria pode usar para dinamizar as atividades realizadas no Parque Esportivo. De acordo com a diretora Riza Nery, a Amagis foi muito bem recebida pelo reitor Eduardo Lima e este primeiro contato com uma universidade alimenta a expectativa de realização de novos projetos.

Para o vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Maurício Soares, que não pôde participar da reunião, a proposta tem como objetivo incrementar ações de saúde preventiva no Parque Esportivo, alertando e orientado os associados sobre as principais doenças que podem atingi-los, reafirmando a importância com o cuidado diário do bem-estar. ●

ANS Nº 41669-0